

GEODIVERSIDADE E LÓGICAS TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA

DANTE SEVERO Giudice¹
ROSEMERI MELO E SOUZA²

Resumo

A Chapada Diamantina situada na parte central do Estado da Bahia, apresenta uma rica geodiversidade que vem a ser o conjunto de recursos naturais de valor científico/cultural, educativo e/ou recreativo, e se constitui por formações e estruturas geológicas, morfologia, depósitos minerais, rochas, solos e outras manifestações geológicas que permitem conhecer, estudar e interpretar a história geológica da terra, bem como os processos que a modelaram. Estes elementos da geodiversidade, bem delimitados geograficamente, são fundamentais na compreensão das lógicas territoriais na região, que teve a sua mais importante territorialização, ligado ao ciclo da mineração, em especial ao diamante, que criou a estrutura de sustentação, levando ao desenvolvimento da região, expressa no surgimento das cidades e no florescimento do comércio. Este ciclo deixou marcas profundas, o que serviu de base para uma nova territorialização – o turismo – que surgiu da exploração das rugosidades da mineração, e dos atrativos naturais, resultantes da modelagem morfológicas, representados por estruturas de relevo, cachoeiras, grutas, etc. Desta forma, podemos considerar o turismo como a lógica primordial, já que envolve também a mineração e suas marcas que mesmo proibida, ainda persiste, graças à falta de fiscalização, e muito provavelmente devido a força do poder econômico, decorrente do novo 'boom' da mineração no mundo.

Palavras chave: Geodiversidade, Lógicas Territoriais, Territorialidade, Chapada Diamantina.

Abstract

The Chapada Diamantina high plateau, located at the central area of the Bahia State, at Northeastern Brazil, contains a rich geodiversity represented by an assemblage of cultural/scientific, educational and, or, recreational, high valued, natural resources made up by peculiar geologic and geomorphologic structures and formations, diverse mineral deposits, varied rock and soil types, that allow to observe, study and understand the geological story of the Earth as well as the processes that interfered on it. These elements of geodiversity, very well geographically constricted, are fundamental for the comprehension of the territorial logics of the region, that were also deeply marked by a mining cycle, specially of diamond exploitation, specially active in 1800's and the first decades of 1900's that resulted in a complex structure of commercial support for the involved population, with the rising of important and picturesque towns and villages. That mining cycle, now practically extinct, let deep imprints in a until then almost under populated area that together with the beautiful natural landscape, represented by the presence of high mountains and waterfalls, and exquisite limestone and sandstone caves, resulted in a new territorial arrangement for the area: the adventure and the cultural tourism. Therefore it is possible to consider the tourism as the primordial logic for the

Chapada Diamantina development using both its nature and the imprints of the mining cycles over it.

Keywords: Geodiversity, Territorial Logics, Territoriality, Chapada Diamantina.

JEL: R11.

1. Introdução

A Chapada Diamantina está situada na parte central do Estado da Bahia (Figura 1), região esta que foi objeto de diversas regionalizações oficiais, tais como regionalização em micro-região homogênea, pelo IBGE (1967), regionalização como micro-regiões geográficas, também pelo IBGE (1991), e a mais recente a regionalização econômica, instituída pela SEI-SEPLANTEC/Ba (1997), que dividiu o Estado em quinze regiões econômicas, sendo a chapada uma delas, englobando 33 municípios, dentre eles Lençóis, Mucugê, Andaraí e Rio de Contas.

Geologicamente é produto de uma inversão de relevo, já que corresponde aos remanescentes de uma bacia sedimentar que se instalou sobre o Cratón de São Francisco a cerca de 1.8 bilhões de anos atrás (Proterozóico Médio), sendo recoberta, posteriormente bacia do Bambuí, de 1,1 a 0,6 bi de anos (Proterozóico Superior ao Eo Cambriano).

Assim sendo os recursos econômicos minerais estão relacionados a diversos contextos geológicos da Chapada. O ouro, descoberto ainda

¹ Geógrafo/Geólogo. Mestre em Geografia pela UFBA. Professor Assistente do IFCH da UCSAL – Departamento de Geografia. dasegu@gmail.com

² Geógrafa. Doutora pela UNB. Professora Associada do DGE/UFES, NPGeo/UFES e PRODEMA/UFES. rosemerimeloesouza@gmail.com.

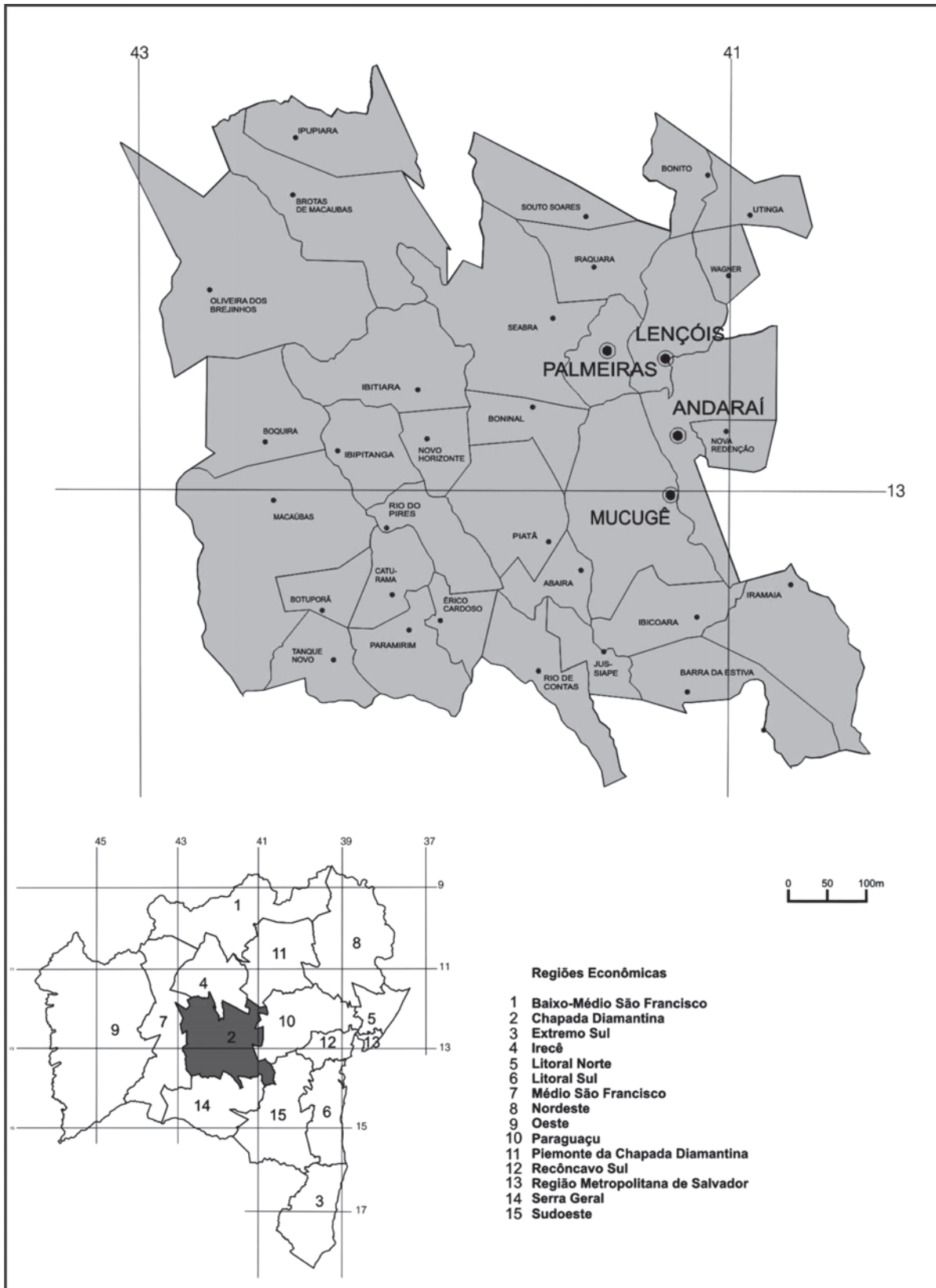


Figura 1 – Chapada Diamantina: localização.

Fonte: Mapa das Regiões Econômicas do Estado da Bahia, CBPM, 2004.

“ A geodiversidade é o suporte fundamental para o desenvolvimento e evolução de qualquer forma de vida, incluindo a humana... ”

no século XVIII, pelos bandeirantes, é encontrado associado a veios de quartzo que cortam toda a seqüência, na borda oeste, com destaque para a faixa entre Rio de Contas e Gentio do Ouro, do Grupo Rio dos Remédios. Já a borda leste tornou-se famosa, a partir do século XIX, pela exploração de diamantes aluvionares, que denominou a Chapada, produto da desagregação de conglomerados diamantíferos (*placers*) do Grupo Morro do Chapéu.

Estes recursos estão intimamente ligados a geodiversidade que engloba as estruturas permitiu a sua formação.

2. Discutindo a geodiversidade

O termo geodiversidade ainda não é consensual, mas existe muita preocupação com a sua conceituação. Começou a despertar atenção recentemente, já na década de 1990. Patrimônio natural e geodiversidade são o conjunto de recursos naturais de valor científico/cultural, educativo e/ou recreativo, e se constitui por formações e estruturas geológicas, morfologia, depósitos sedimentares, minerais, rochas, fósseis, solos e outras manifestações geológicas que permitem conhecer, estudar e interpretar a história geológica da Terra, os processos que a modelaram, os climas e paisagens do passado e presente, e a origem e evolução da vida sobre este planeta.

A geodiversidade é o suporte fundamental para o desenvolvimento e evolução de qualquer forma de vida, incluindo a humana, e, é difícil de compreender que as questões relacionadas com a geoconservação, raramente são tratadas com o mesmo grau de profundidade que a bioconservação, mesmo porque elas estão intimamente relacionadas.

Nesta perspectiva, vários autores, a maioria deles ligados a geologia, começaram a se dedicar ao estudo da geodiversidade, o que veio a contribuir para o detalhamento do conceito.

Assim, em 2004, Kiernan definiu a geodiversidade como a natural extensão da diversidade geológica (rochas, minerais, fósseis) geomorfologia (processos morfológicos) e feições dos solos. Isso inclui suas semelhanças, interações, propriedades, interpretações, e organização.

A perspectiva de o termo ser mais abrangente fica evidente em Lazzerini (2005), quando ele afirma que:

O termo geodiversidade pode ser resumidamente considerado como a diversidade do Reino Mineral terrestre. Aborda aspectos das ciências geológicas, climáticas, geográficas e biológicas do Planeta Terra.

Levando-se em consideração que o patrimônio geológico e geodiversidade são o conjunto de recursos naturais de valor científico, cultural, educativo e/ou recreativo, e com base na Declaração de Girona, de 1997, sobre Patrimônio Geológico, que diz:

A conservação dos lugares de interesse geológico é absolutamente necessária e indissociável da de Patrimônio Natural e Cultural em geral, uma característica das sociedades culturalmente avançadas. Qualquer política ambiental e de conservação da natureza que não contemple adequadamente a gestão do Patrimônio Geológico, nunca será uma política ambiental correta. É necessário que os responsáveis das diferentes instituições, sejam públicas ou de outra natureza, se movimentem ativamente numa campanha de sensibilização no conjunto da população, a fim de criar uma concepção de que o Patrimônio é um bem de todos.

Podemos afirmar que também o patrimônio natural, é uma expressão da geodiversidade, conforme Kozłowski (2004) que a define:

Geodiversidade é a natural variedade na superfície da terra, referente aos aspectos geológicos e geomorfo-

lógicos, solos e recursos hídricos, tão importantes quanto outros sistemas criados como resultado de processos endógenos e exógenos e atividade humana. Conjuntamente com a biodiversidade forma os elementos determinantes que possibilitam o suporte e sustentabilidade do desenvolvimento.

Desta forma, nos parece claro que a geodiversidade, apesar de ser um termo muito ligado a geologia, é plenamente aplicada a geografia como afirma López (2005), que por sua vez, define geodiversidade como:

a distribuição espacial de complexos territoriais diferenciados em distintas escalas geográficas. Seu estudo comporta dois desafios metodológicos centrais: a) a elaboração de modelos de multiescalaridade e, b) o desenho de métodos de leitura e interpretação dos lugares no espaço global.

Tal conceito pode ser complementado, pela definição de Silva et al. (2001) que afirma:

o conceito de geodiversidade engloba a expressão da variabilidade das características ambientais de uma determinada área geográfica, cabendo ao pesquisador escolher os parâmetros ambientais (mapeamento, plano de informação), componentes da base de dados georreferenciada que possa servir como base para aferição da geodiversidade.

Na verdade são diversas as ações da sociedade para assegurar o seu desenvolvimento que transformam o espaço natural em espaço geográfico, e por isso se faz necessário compreender a complexidade e diversidade dos ecossistemas para entender como o processo se dá. Como afirma Kozłowski (op. cit.) o desenvolvimento das sociedades está intimamente ligado as condições abióticas, e a geodiversidade foi fundamental para o incremento da diversidade biológica durante a evolução geológica, tendo a litosfera um significado importante na criação e desenvolvimento da vida. Assim sendo, faz-se necessário à proteção da geodiversidade, como feição indispensável a proliferação da vida.

A geodiversidade inclui a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na terra, em suma, a natureza abiótica. Neste contexto, os minerais, em particular, o diamante e o ouro, foram os primeiros agentes, dentro da lógica territorial, de estruturação do espaço na Chapada Diamantina, e que serviram, juntamente com outros, todos ligados de alguma forma à geologia, para esta segunda etapa, 'comandada' pelo turismo, numa 'nova lógica' e com 'novos contornos', já que traz para a região uma nova dimensão, dinâmica e mais eficaz, pois não está sujeita a exaustão, o que dá uma garantia, se bem estruturada, de um desenvolvimento duradouro para a região.

Desta forma, ao se formar no Proterozóico Médio, a Chapada Diamantina assumiu formas morfológicas condicionadas tanto pela estrutura sedimentar que 'facilitou' o seu modelamento, quanto pela tectônica superimposta que deu origem a serras alongadas, platôs e morros tabulares, como o Pai Inácio, e vales, ora estreitos, ora abertos, como o Vale do Paty (em Lençóis). O modelamento citado, envolve a ação da água, e do clima (ventos), num processo de intemperismo que deu a região feição morfológica características, com inúmeras cachoeiras, rios, grutas, alagadiços (maribus) que servem atualmente de atrativos para o turismo de vários matizes, seja ele ecológico, de aventura, ou mesmo contemplativo.

Estes atrativos são denominados *geossítios* que são definidos como qualquer localidade, área ou território onde é possível definir um interesse geológico-geomorfológico.

Aliado às feições geomorfológicas, o processo tectônico favoreceu a formação de uma seqüência sedimentar constituída de conglomerados, arenitos, etc, sendo os conglomerados portadores dos diamantes de aluviões (e secundariamente ouro) pertencentes à Formação Tombador. A exploração mineira formou *rugo-*

“ É provável que a região sofra um novo ‘surto’ de mineração, em função dos estudos que vem sendo realizados, visando encontrar a rocha matriz dos diamantes... ”

sidades (marcas deixadas na paisagem, resultante do modo de desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico) na região, como as cidades (Igatú, Lençóis e Mucugê, principalmente), mas também deixou outras 'marcas', como a vila abandonada dos garimpeiros, nas cercanias de Igatú, como também as transformações causadas no meio ambiente, que agora servem como atrativos ao turismo, associado aos atrativos naturais, descobertos graças a fase 'desbravadora' da mineração.

Assim, a geodiversidade forneceu/produziu a estrutura geológica que englobava as mineralizações, o que levou a exploração do território, com a utilização do bem mineral que serviu para apropriação do território. Por outro lado, produziu feições que são atrativos turísticos a serem preservados/conservados, e portanto devem ter seu uso/aceso regulado, através de áreas de preservação.

É provável que a região sofra um novo 'surto' de mineração, em função dos estudos que vem sendo realizados, visando encontrar a rocha matriz dos diamantes – kimberlitos – muito embora em outro nível, o empresarial, já que a exploração não seria mais 'artesanal', como no passado.

Enfim, estes elementos da geodiversidade, bem delimitados geograficamente, e que devido a sua peculiaridade ou raridade, apresenta valor científico, cultural ou econômico, deverão ser alvos de especial atenção nas políticas de desenvolvi-

mento, em especial nas de ambiente, e de ordenamento territorial, pois delas serão delineadas as lógicas territoriais.

3. As lógicas territoriais na Chapada Diamantina

As lógicas territoriais estão relacionadas a pontos de interesse no território, a serem apropriados pelo poder econômico, através do uso destes pontos por empresas que podem ser nacionais ou globais.

Conforme Santos & Silveira (2001):

A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, e estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infra-estruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, e estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética.

A Chapada Diamantina seria aos olhos do poder econômico, um local considerado instrumental para sua existência produtiva, um 'espaço luminoso' segundo Milton Santos, e seria esse poder econômico que vem a desempenhar papel fundamental na lógica de funcionamento do território.

A Chapada Diamantina sofreu várias intervenções públicas desde a época da colônia no processo de expansão das fronteiras e a apropriação como forma de controle do território. Conforme Abreu (1963), já em 1553, expedições que partiram do recôncavo baiano, atingiram a região. Como as lavouras próximas ao litoral prosperavam, se fazia necessário buscar novas áreas para a pecuária, já que esta atividade interferia nas plantações, com o gado invadindo estas áreas.

O controle do território era fundamental para a consolidação da ocupação, e segundo Gonçalves (2004), é fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais.

“ ... pecuária teve na Bahia o seu primeiro grande centro de irradiação, e, em função disso, importância notável na vida econômica... ”

Neste contexto, tendo o Estado como produtor do espaço, a geopolítica tem importância, ainda que alguns autores considerem que ela não tem um rigoroso critério científico. As afirmações de Andrade (1996) coadunam com estas premissas:

o saber geopolítico compreende uma tentativa de análise científica dos Estados... integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial... um saber engajado, comprometido com um pensamento e com objetivos políticos, embora analisando o Estado como produtor de um espaço...”

Assim sendo, segundo Moraes (2004), a pecuária teve na Bahia o seu primeiro grande centro de irradiação, e, em função disso, importância notável na vida econômica da capitania, e fez a influência baiana expandir-se, colonizando o chamado “serão de dentro”.

A região, no entanto era já ocupada e conforme Bandeira (2006) já em 1586, é mencionado por Gabriel Soares, a existência de aborígenes da tribo Maracá, que ocupava o vale do Paraguaçu, a Serra do Sincorá, até o Rio de Contas.

Tal afirmativa é corroborada por Sampaio (1955) que confirma a ocupação e o domínio dos Maracás na região central da Bahia, quando da sua pesquisa etnográfica realizada no sertão do estado. Afirma ele:

Em fins do século XVI, quando da entrada de gente do litoral se multiplicaram, ampliando a conquista, os Maracás, vizinhos dos Cariris da serra do Guererú, ainda eram assinaladas como senhores e dominadores dessa região granítica do cur-

so médio do Paraguassú, desde as margens desse rio, até o rio de Contas, ao sul.

Desta forma, a pecuária veio se apropriar do território, ocupado ainda que esparsamente, pelos aborígenes, conforme citado também trabalho da SEI (2001):

No século XVI, no sertão, interessava a conquista do grande rio, o São Francisco, e não faltaram tentativas. Uma delas, promovida pelos bandeirantes vindos da capitania de Minas Gerais, prosseguiu de sul ao norte, passando pelas fazendas Carinhonha, Parateca, Passagem das Rãs e Bom Jesus da Lapa. Os que partiam de Minas Gerais vieram, também, para combater os índios na Serra do Sincorá, em direção a Maracás, Lençóis, Serra do Orobó e Jacobina.

Guattari & Rolnik (2005) afirmam no livro *Micropolítica: Cartografias do Desejo* que “o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos”.

Já Gonçalves (op. cit.), considera que território, na perspectiva de dar conta do desafio ambiental contemporâneo, se torna uma categoria central, na medida em que comporta, na sua materialidade, a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço, o que caracteriza bem as lógicas territoriais na Chapada Diamantina, onde a mineração, mesmo proibida, ainda gera atritos com a atividade turística.

Para López (op. cit.) o território comporta uma dupla diversidade, a que provém da própria natureza, e a que deriva dos processos sociais, particularmente a produção, o povoamento e a circulação. Ele afirma que a geodiversidade se define como um conceito relativo a distribuição espacial de complexos territoriais dife-

renciados por seus atributos espaciais e descritivos, em distintas escalas geográficas, e isso implica dizer que a análise da geodiversidade envolve problemas conceituais e metodológicos.

Por outro lado Souza (1995), considera que território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. No ponto de vista de Faissol (1994), território ainda é a forma de organização política, onde um sistema de autoridade pode ser instituído, seja pelo consentimento, seja pela força. Entretanto, para Santos (1994), na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

Assim sendo, levando em consideração que existia uma população estabelecida na região, ainda que de forma dispersa, isso evidencia, no nosso ponto de vista, a existência de uma primeira fase de territorialização, causada pelo estabelecimento da atividade pecuária.

3.1 – A mineração como forma de territorialização

Durante este processo de ocupação pela atividade pecuária, ou no decorrer dele, se descobre a mineração, fruto da geodiversidade geológica que propiciou a formação ‘das ocorrências de ouro e diamante’. Isso implicou em lógicas de apropriação do território que teve influência de atores locais (os coronéis, moradores, etc.), e de atores externos representados pelo poder público que queria/pretendia regular a atividade, através de uma geopolítica que atendesse as pretensões ‘estaduais’ e ‘federalis’, sem atentar muito para o local. Afinal, ao poder público interessava a descoberta de minerais, principalmente do ouro que era o objetivo dos colonizadores, e já havia sido encontrado pelos espanhóis desde a sua chegada ao continente.

“ Como nunca foram descobertas a “matriz” (kimberlitos) que continham os diamantes, as pedras existentes nos leitos dos rios começaram a escassear... ”

Assim, a colonização da Chapada Diamantina se intensifica com a exploração do ouro e do diamante, o que consideramos constituir uma segunda fase de territorialização.

A territorialidade reflete a interação entre agentes/atores que atuam na transformação das relações entre o homem e o meio, e claro também são transformados.

Segundo Raffestin (1993) a territorialidade é complexa e reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial, pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral.

Na área de estudo, o processo inicial de territorialização criou rizomas que consolidaram a ocupação do território, através da exploração da mineração. Desta forma se criou a estrutura de sustentação que levou ao desenvolvimento da região, expressa de várias maneiras, tais como o florescimento do comércio, que fez com que até um vice-consulado fosse criado em Lençóis, fato contestado por alguns autores. Como nunca foram descobertas a “matriz” (kimberlitos) que continham os diamantes, as pedras existentes nos leitos dos rios começaram a escassear, e com a descoberta de regiões mais promissoras, a mineração declinou, mas nunca cessou totalmente. O Estado e o privado conjuntamente, talvez por interesses internacionais, mantiveram a região num “stand by”, havendo uma segmentação do desenvolvimento, do qual veio a se libertar com o surgimento do turismo, baseado também, mas não somente, nas raízes deixadas pela mineração,

como muito propriamente Teixeira (1998) relata.

Segundo Haesbaert (2004) as multiplicidades constituem a própria realidade, propondo assim superar as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma, e afirma que embora os autores reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são “processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades, ‘estas’ não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito”, ressaltando que seu “modelo de realização”, portanto, não é a hierarquia da árvore-raiz, mas a pluralidade do rizoma. Ainda segundo Haesbaert, o rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades, e que neles podem existir segmentaridades, chamadas linhas de fuga ou de desterritorialização efetiva, que permitem ultrapassar segmentos e limiares, rumo ao desconhecido, ao inesperado e ao ainda não existente.

Por outro lado, agenciamento, na concepção de Guattari e Rolnik (op. cit.), se refere a uma noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma, etc. Já Haesbaert (op. cit.) afirma que o agenciamento é uma multiplicidade que inclui tanto linhas molares quanto moleculares. Por seu lado, Goodchild (1996), diz que agenciamento trata-se de “um conjunto de partes conectadas que tem uma consistência”.

Tendo em vista que o território, por compor um agenciamento e ser desta forma formado por “agenciamentos maquínicos” e “agenciamentos coletivos de enunciação”, como diz Haesbaert, possui intrinsecamente a dinâmica de “des” e “re” territorialização, processos que Deleuze e Guattari (1972) definem, de modo simplificado, como o movimento pelo qual se abandona o território, a opção de linha de fogo, e movimento de construção do território, respectivamente.

Haesbaert (op. cit.) aborda três premissas sobre desterritorialização, estabelecidos por Deleuze e Guattari,

denominados de “teoremas”: 1. “Jamais nos desterritorializamos sozinho, mas no mínimo com dois termos, e cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. Importante não confundir a reterritorialidade com o retorno a uma territorialidade primitiva”. 2. “De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais territorializado”. 3. “Pode-se mesmo concluir (...) que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge assim um segundo sistema de reterritorialização, vertical, de baixo para cima (...). Em geral, as desterritorializações relativas (transcodificações) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta”.

Cabe aqui definir ou esclarecer a diferença entre desterritorialização absoluta e relativa, e para tal, nos reportamos a Haesbaert que diz ser a desterritorialização relativa, o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização, enquanto que a desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível.

Assim, a mineração causou a desterritorialização dos atores envolvidos na expansão e apropriação pela pecuária, causando uma nova territorialização, com a corrente migratória causada por esta atividade. Na verdade, esse fato, demonstra a entrada de novos atores na região, o que causou uma reapropriação do território, com a recriação de novas formas geográfica no espaço da Chapada Diamantina.

A colonização do ouro, que se iniciou quase ao mesmo tempo nos estados de Minas Gerais e Bahia, ao longo da Cordilheira do Sincorá, teve uma importância muito grande na economia mundial. Durante quase todo o século XVII o Brasil foi o maior fornecedor desse metal, sendo responsável por cerca de 44% do ouro produzido no mundo. Desses, boa parte financiou a Revolução Industrial na Inglaterra, e o fausto de Portugal, que construiu seus maiores monumentos nesse período.

“ A região era dominada por coronéis, todos pertencentes às famílias de latifundiários que se apossaram da terra, e a dominavam da forma que lhes aprovinham, impondo suas vontades políticas... ”

Do ciclo do ouro nasceram, na chapada sul, cidades como Brumado e Rio de Contas, que detinham a condição de mais importantes entrepostos comerciais da região. Esta posição seria arrebatada, por volta de 1845, por Lençóis, considerada a partir de então como a “Rainha das Lavras” no ciclo do diamante, atraindo novas levas de garimpeiros para a região mais oriental da Chapada Diamantina. O diamante passava a ser o novo objetivo ao qual se dedicavam todos os esforços e quando não a própria vida.

A essa nova fronteira confluíam diversos tipos de homens, de sertanejos do Vale do São Francisco (lavradores e boiadeiros), até comerciantes do Recôncavo. Esta mistura heterogênea de origens e interesses, aliados a um crescimento demográfico espantoso, iriam resultar em tensões e conflitos sangrentos.

A região era dominada por coronéis, todos pertencentes às famílias de latifundiários que se apossaram da terra, e a dominavam da forma que lhes aprovinham, impondo suas vontades políticas, nomeando todo escalão administrativo, desde delegados a professores. Neste contexto de dominação, eram respaldados por jagunços, e faziam suas próprias leis, desconhecendo o governo institucional, mandando eliminar desafetos, e dando proteção aos responsáveis, desafiando o estado brasileiro.

Para se ter uma idéia da poderosa atração exercida pelas lavras do diamante, em poucos anos Lençóis passou de simples acampamento de garimpeiros, para condição de cidade mais importante do interior baiano. De um amontoado de barracas de pano, que vistas de longe se assemelhavam a lençóis estendidos ao vento – daí o nome da cidade, segundo uma das versões –, tornou-se um primoroso conjunto de casa e palacetes em estilo colonial, onde circulavam bens importados de capitais européias. Em poucos meses a população chegou a 25 mil habitantes, e os garimpeiros, como formigas, subiam a serra, viviam em locas nas pedras. Nas cidades gastavam todo o dinheiro que obtinham e logo retornavam ao trabalho, prontos para uma nova oportunidade.

O ciclo diamantífero foi intenso e efêmero. Enquanto o do ouro levou mais de um século para se acabar, vinte e cinco anos foi o tempo suficiente para que a decadência se abatesse sobre as cidades que viviam do diamante. A descoberta das minas da África do Sul, em 1865, e a concorrência que fizeram com as já não tão abundantes lavras diamantinas provocaram o ocaso dessa civilização. A valorização do carbonado – variedade de diamante, de qualidade inferior para lapidação, mas de grande utilidade industrial, utilizadas na fabricação de brocas para perfurar rochas, viria a atenuar essa decadência. A Chapada Diamantina passaria a fornecer esse produto que era bastante procurado, no início deste século, durante a construção do Canal do Panamá.

Esgotando-se gradativamente seu poderio econômico, restava ainda a força dos coronéis que disputaram, até 1930, o poder político nos sertões da Bahia. Recrudesciam os conflitos pela posse da terra, pelo prestígio junto aos governos Estadual e Federal, quando a violência atingiu proporções inéditas na região.

Este poder paralelo é explicitado por Teixeira (1998):

No sertão baiano, homem valente já foi sinônimo de jagunço. Lutador por ideal ou profissão, jagunço

não era o mesmo que cangaceiro. Era soldado sertanejo, a serviço de uma causa e de um chefe, que desconhecera o medo no campo de batalha. Horácio de Matos, que dominou a região das Lavras Diamantinas, foi o último e o maior de todos os chefes jagunços. O próprio governo de Epitácio Pessoa foi obrigado a assinar com ele um acordo de pacificação, e a Coluna Prestes teve de mudar sua rota depois que invadiu seus domínios.

O abandono e a degradação vieram como parte de um ciclo que se cumpriu, mas abrindo novas perspectivas de renascimento para o futuro, tendo em vista o contexto em que foi encerrado, sem que houvesse a certeza de que os jazimentos estavam exauridos, já que só se explorou os depósitos aluvionares, e muitos garimpeiros, na sua maioria homens velhos, ainda viviam na obscuridade, principalmente, do diamante.

Apesar do evidente processo de desterritorialização, os garimpeiros continuavam apegados ao seu sentimento de pertencimento que levaram consigo por longo período até que a nova fase de renascimento com o turismo se estabeleceu o que vem a gerar conflitos.

3.2 – O turismo e a reterritorialização

O turismo, que se desenvolveu a partir da curiosidade do homem em conhecer novas terras, novas culturas, só conhecidas através da literatura, teve grande impulso quando os meios de comunicação começaram a evoluir, criando facilidades para que esses deslocamentos pudessem ser

“ O abandono e a degradação vieram como parte de um ciclo que se cumpriu, mas abrindo novas perspectivas de renascimento para o futuro... ”

“... não foi o impulso do governo estadual o ‘start’ para a utilização do turismo como forma de resgatar a Chapada Diamantina da letargia causada com a queda da mineração, mas uma lei municipal em Lençóis...”

mais rápidos e mais acessíveis à todos, é segundo Ferreira (2003), viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse, é também o conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo, e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, etc.

O circuito turístico da Chapada difere das demais regiões, pois tem características peculiares, assim com a intenção de descentralizar os pólos, ela foi dividida em cinco circuitos: o do Diamante, do Ouro, da Chapada Norte, da Chapada Sul, e da Chapada Velha. Aqui vamos nos ater ao circuito do diamante – Chapada Diamantina – onde em verdade se concentram os investimentos, e onde houve maior distribuição espacial dos equipamentos turísticos.

Assim sendo, a partir das décadas de 1970/1980, na tentativa de incrementá-lo, com o intuito de resgatar a região do processo de letargia que ela mergulhou com o fim do ciclo da mineração que a levou ao apogeu, na primeira metade do século XX, se instala, o que consideramos uma terceira fase de territorialização, baseada na geodiversidade do patrimônio natural, associada as rugosidades, tais como a estrutura urbana, com cidades com características próprias, mudanças/modificações na paisagem, e sobretudo as novas relações de poder, deixadas pela mineração.

Ao contrário do que se divulga, não foi o impulso do governo estadual o ‘start’ para a utilização do turismo como forma de resgatar a Chapada Diamantina da letargia causada com a queda da mineração, mas uma lei municipal em Lençóis, de 1961, criando um Conselho Municipal de Turismo. A partir daí muitos esforços foram empreendidos, inclusive a luta pelo tombamento de Lençóis como Cidade Monumento Histórico Nacional, que veio a acontecer em 1973. Conforme Brito (2005):

O título e a condição de Cidade Monumento por si só não garantia a preservação do patrimônio de Lençóis, uma vez que alguns imóveis continuavam sendo demolidos e outros tinham a fachada descaracterizada. Com o tombamento – mesmo diante dos percalços enfrentados – Lençóis chamou a atenção da imprensa passando a ser alvo de reportagens que destacavam o patrimônio arquitetônico da cidade, começavam a dar relevo às suas belezas naturais e também contribuíram para realçar o seu potencial turístico.

Somente em 1974 surge a primeira ação efetiva e planejada do Governo do Estado para promover o turismo na Chapada Diamantina, através da Empresa de Turismo do Estado da Bahia – Bahiatursa, através do projeto “Identificação do Potencial Turístico do Estado”, o que gerou, segundo Brito (op. cit.), o documento *Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para a implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê* que além de analisar as principais atividades econômicas dos referidos municípios também efetua o levantamento fotográfico da área urbana, do artesanato, das manifestações culturais e dos principais casarões destas cidades.

Apesar de se basear também na mineração, esta nova fase apresenta lógicas territoriais peculiares, pois imprime uma nova feição, livre das imposições dos coronéis da época da mineração, mas ainda muito ligada a interesses políticos locais.

Desta forma, a Chapada Diamantina, a partir do fim da década de

1970, passou a viver um tempo de “renovação social e econômica”, muito embora ainda muito aferrada à nostalgia do tempo perdido, devido principalmente ao incentivo público ao turismo.

Por outro lado, o lançamento do Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina voltado de forma significativa para o chamado ‘Circuito do Diamante’, levanta a bandeira do uso eco-turístico como modo único de preservação dos elementos naturais. E assim, mesmo considerando os problemas sociais decorrentes, o documento não deixa margem a dúvida de que a mineração deve morrer para que o turismo floresça. Essa decisão se deveu ao fato da mineração, representada pelo garimpo, nunca se adaptou aos novos padrões ambientais, até porque a fiscalização em toda os níveis, sempre foi falha, o que levou ao embargo de toda a atividade, em 1996, por tempo indeterminado. É nesta década que segundo Brito (op. cit.) as ações governamentais apoiando o tombamento da cidade, implantando a pousada de Lençóis e criando o Parque Nacional, propiciaram as condições para a segunda fase iniciada na primeira metade dos anos 90 com investimentos significativos visando atrair a implantação de empreendimentos privados na região.

A ação governamental efetivamente acontece com a criação do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR-BA – que visava buscar recursos junto aos órgãos internacionais para construir a infra-estrutura que deveria atrair o investidor privado.

Assim sendo, o principal agenciador deste incremento turístico foi a princípio o próprio governo do Estado, através de um projeto que construiu vários hotéis em pontos considerados de potencial turístico, dentre eles o primeiro hotel de porte de Lençóis. No rastro deste, outros empreendimentos de pequeno porte se seguiram, e com o incremento do PRODETUR, grupos privados começaram a se instalar na região, principalmente nas cidades de Len-

çóis, Mucugê, Rio de Contas e Andaraí. Atualmente a cidade de Lençóis, e secundariamente Mucugê, se destacam pela infra-estrutura montada para atender a demanda turística, o que a nosso ver, pode se tornar danosa, tendo em vista a fraca sustentabilidade em que vem sendo montada. Esta estrutura turística é embasada na forte potencialidade da região para o turismo ecológico (ecoturismo) e de aventura, bem como o turismo contemplativo, já que a região possui grande beleza cênica, parte da sua geodiversidade.

Segundo Brito (op. cit.):

Como forma de enfatizar a vocação ecoturística da região, o discurso presente nos documentos governamentais, utilizando à mesma narrativa identificada no material de divulgação turística dos lugares, salienta que a Chapada Diamantina é composta por 'atributos naturais infinitos' formando 'um conjunto inesgotável para a contemplação', onde a 'natureza, praticamente intocada, é a grande atração' (BAHIA, 1993). Com todos estes incompatíveis atributos, a Chapada Diamantina é 'um verdadeiro santuário ecológico', cuja imponência e a beleza das paisagens 'provocam um encantamento contemplativo em todos aqueles que a visitam'. Depois de ressaltar a quase virgindade do lugar ('praticamente intocada') assegura o prazer da viagem quando garante: 'descobrir a Chapada é travar o mais íntimo contato com a natureza.

A Preserva da natureza é representada pelas unidades de conservação – territórios protegidos – que são englobados pela lógica de apropriação do turismo, já que são atrativos ecológicos. Fica no ar a questão: Protegidas para que? Preservação dos atrativos ou especulação para o futuro, como reserva de recursos?

Nesse cenário, os recursos naturais são de grande significado, e alguns projetos vêm sendo desenvolvidos no sentido da sua preservação. Neste contexto, os principais setores interessados são o hoteleiro, o de transporte, e o comércio que têm se organizado no sentido de facilitar o incremento do turismo. Assim, por exemplo, o setor hoteleiro ao se es-

tabelecer, forçou junto aos órgãos públicos, a construção do aeroporto e a criação de linha aérea regular, abrindo também a perspectiva de vôos fretados (charter).

No entanto, Lençóis atrai para ela todas as referências sobre a Chapada Diamantina, ainda que os atrativos estejam em outros municípios. Novos atores foram incorporados, profissionais diversos, que fugindo das cidades grandes vieram se estabelecer na região. Junto com eles vieram pessoas para administrar empreendimentos hoteleiros, agências de viagem, etc. Estes novos atores são territorializados, mas o processo não absolve as populações locais, que no mínimo encontra espaço em trabalhos de importância menor e obviamente mal remunerado, já que não são qualificados, sendo, portanto territorializados mas não inseridos no contexto da lógica de produção do contexto internacional.

Com base na nossa vivência na região, podemos dizer que existem muitos geossítios, mas que nem todos são geoespaços, já que não são ainda apropriados, e apesar de inseridos na geodiversidade regional, as articulações destes geoespaços é feita de modo fragmentado, ainda que Lençóis funcione como pólo catalisador, pois é através dela que eles são articulados ao mundo globalizado.

Desta forma o turismo vem se tornando a mais promissora das atividades desenvolvidas na Chapada Diamantina, principalmente no município de Lençóis, que possui a melhor infra-estrutura, mas também em Mucugê, Andaraí e Rio de Contas, todos com razoável infra-estrutura hoteleira e de serviços.

Além da arquitetura colonial das duas cidades, e dos extraordinários atrativos naturais da região, hoje o visitante pode apreciar manifestações folclóricas como o jarê (uma variante local do candomblé tradicional), o carnaval de Rio de Contas, a lamentação das almas durante a Semana Santa, a Festa do Divino, também em Rio de Contas, ternos de reis, marajudas, romarias e outras festas, e adquirir produtos artesanais, dentre os quais se destacam a renda-de-

“ ... o turismo refaz a geografia na medida em que através de projetos e ações leva a produção do espaço turístico... ”

bilro, crochê e filé, artesanato de palha, madeira com metal, cerâmica e garrafinhas coloridas (elaboradas com areia de cores diversas), uma das principais criações da Chapada e comercializada em Lençóis.

Estes atrativos, digamos, adicionais contribuem para a consolidação das lógicas territoriais do turismo que envolveu o poder público e a iniciativa privada que tomou as rédeas desta lógica, impondo uma forma própria e peculiar, onde o local não é importante, e sim a necessidade de oferecer aquilo que o visitante/turista deseja.

Assim sendo, o turismo refaz a geografia na medida em que através de projetos e ações leva a produção do espaço turístico, conjugando três grupos de ações estratégicas que contemplam a articulação de recursos naturais, monumentos e núcleos históricos, espaços de uso potencial turísticos, infra-estruturação de estradas, aeroportos, e dos núcleos urbanos.

4. Considerações finais

Podemos concluir que os processos de (dês) e (re) territorialidade estão muito entrelaçados na Chapada Diamantina, onde num primeiro momento houve uma territorialização, na perspectiva de ocupação do território, abrindo no sertão áreas de pecuária, já que tal atividade no litoral, estava 'prejudicando' a agricultura que era de grande importância econômica. Neste processo de expansão se descobre os bens minerais que gerou um segundo processo de territorialização pela mineração, mas sem que houvesse ruptura no processo, que só veio acontecer com a decadência da atividade mi-

“ ... a geodiversidade na região, serve como base para se entender como funciona a lógica territorial, onde as condições geológicas propiciaram a existência de diamante e ouro... ”

neira, e que promoveu uma “des”. Posteriormente, com o advento dos impulsos do turismo, sofre a região uma “re” territorialidade. Assim, a Chapada Diamantina tem grande importância no contexto internacional como área ainda muito preservada e possuidora de muitos atrativos, o que termina inserindo-a no circuito internacional e conseqüentemente na lógica territorial globalizada.

Portanto, a geodiversidade na região, serve como base para se entender como funciona a lógica territorial, onde as condições geológicas propiciaram a existência de diamante e ouro que levaram a ocupação da região e o surgimento das cidades, que depois seriam utilizados como atrativos juntamente com os recursos naturais, para uma nova fase de territorialização que viria dar novos contornos econômicos, promovendo o desenvolvimento local. Este desenvolvimento tem como base as políticas públicas (ou geopolíticas), principalmente estaduais que a partir da década de 1980 procurou incentivar o turismo como forma de resgatar a região da estagnação econômica.

Em síntese podemos afirmar que na área de estudo o turismo é o responsável pelas novas formas econômicas de ocupação do espaço, já que foi e está sendo o responsável por essa nova forma de territorialização, atraindo investimentos diversos que num primeiro momento vem causando o ‘crescimento’ da região. Entretanto não podemos deixar de afir-

mar que a mineração foi a responsável pelo desencadeamento do processo de ocupação que levou ao estágio atual de crescimento.

Com base no nosso nível de conhecimento atual, podemos considerar o turismo como a lógica dominante, ou podemos melhor dizer, primordial, mas que coexiste com a mineração, e mesmo sendo esta proibida, ainda persiste, graças à falta de fiscalização, e muito provavelmente devido à força do poder econômico, decorrente do novo ‘boom’ da mineração no mundo.

Referências

- ABREU, J.C. de. **Capítulos de história colonial (1500-1800): os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** Brasília: UnB, 1963.
- ANDRADE, M. C. de. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território; Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- BANDEIRA, R.L. **Chapada Diamantina: história, riquezas e encantos.** Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 2006.
- BRITO, F.E.M. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina.** Salvador: Edufba, 2005.
- DELEUZE G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.
- FAISSOL, S. **O Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro.** Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- FREUDEMBURG, W. Addictive economies: extractive industries and vulnerable localities in a changing world economy. **Rural Sociology**, 57(3), 1992.
- GONÇALVES, C.W.P. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOODCHILD, P. Deleuze and Guattari: **Introduction to the politics of desire.** Londres: Saga Publications, 1996.
- GUATTARI, F & ROLNIK, S. **Micro-política: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 2005.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à

multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KIERNAN, K. ‘Book review: geodiversity. valuing and conserving abiotic nature by J. M. Gray’, **Journal of Quaternary Science**, 19 (8) 833-834 (2004) [A4].

KOZŁOWSKI, S. Geodiversity. The concept and scope of geodiversity. In: **Przegląd Geologiczny**, vol. 52, n° 8/2, 2004.

LAZZERINI, F.T. **Geodiversidade.** Disponível em: geodiversidade.blogspot.com . Acesso em 03.12.06.

LÓPEZ, J.R. Los desafíos del estudio de la geodiversidade. In: **Revista Geográfica Venezolana**, vol. 46 (1), 143-152, 2005.

MORAES, A.C.R. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território do Brasil no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SAMPAIO, T. **Os naturalistas viajantes e a etnografia indígena.** Bahia: Livraria Progresso, 1955.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território; Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico.** Salvador: SEI, 2001.

SILVA, J.X. da. et al. Índices de geodiversidade: aplicações de SIG em estudos de biodiversidade. In: GARAY, I.; DIAS, B.F.S. (Orgs.). **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO.I. E. de; GOMES, P. C. da C. , CORREA, R. L. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA, C. **Mineração na Bahia: ciclos históricos e panorama atual.** Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998. 208 p.: il.